

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do BrasilClass.: 57Data: 13 de setembro de 1980

Pg.: \_\_\_\_\_

## 13.09.80 Comissão prevê conflito armado

São Luís — A Comissão Pró-Índio do Maranhão advertiu ontem que o não cumprimento do convênio, assinado há um ano entre a Funai e o Governo do Estado, para remanejar 1 mil 200 famílias de colonos dos povoados de Alto Alegre e São Pedro dos Cacetés, em Barra do Corda, “ambos encravados na reserva canabrava, dos guajajara, poderá resultar, a qualquer momento, em conflito armado entre índios e posseiros”.

A Comissão, que esteve esta semana na área, constatou que os lavradores, devido a demora do convênio, estão derrubando extensas áreas de mata da reserva e organizando grupos de homens armados contra possíveis represálias indígenas. Disse que a Funai “mantém policiais nos dois povoados, com o objetivo de impedir o prosseguimento dos trabalhos na roça”.

## Solução

Em nota distribuída à imprensa, a Comissão diz que “todos sabemos das mortes que já resultaram de conflitos entre índios e posseiros em Barra do Corda. Para evitar que se repitam, a única solução é a retirada dos colonos e seu reassentamento em outra área”.

“Se os colonos oferecem boas razões para recusar a proposta de reassentamento no projeto de colonização de Buriticupu, e se a alternativa de apenas indenizá-los esbarra em muitas dificuldades, inclusive a garantia de novas terras, que o Governo, então, ofereça-lhes outra área, na própria região de Grajau—Barra do Corda”, sugeriu a Comissão Pró-Índio. Segundo a nota, se não há terras devolutas disponíveis, “que o Governo desaproprie as que forem necessárias, como está fazendo agora na periferia de São Luís, para atender ao projeto multinacional da Alcoa”.

A política do Governo, segundo a Comissão, “ambígua e inoperante, atende perfeitamente aos interesses dos políticos locais que estão acirrando os ânimos em Barra do Corda”.

“Os posseiros não sabem se terão ou não que deixar a reserva, e os índios já começam a perceber que foram e estão sendo enganados. O resultado previsível dessa política será novos conflitos, novas mortes, pelas quais será responsável o Governador e a própria Funai, que assiste de braços cruzados a sabotagem oficial do convênio”, conclui a nota.